



Revista Brasileira de Comércio Exterior

Ano XXXVIII

161

Outubro,
Novembro e
Dezembro
de 2024

Multipolaridade

Trade Finance & Negócios

Branding & Linguagem

SheTrader & Commodities

Imagem de Gard Altmann por Pixabay



FUNCEX



**fundação
centro de estudos
do comércio
exterior**

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL**2 G20 e desafios para 2025***Miguel Lins***ENTREVISTA****4 Atilio Rulli***Vice-presidente de Relações Públicas da Huawei América Latina e Caribe***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****10 A economia e o cobertor curto***George Vidor***INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS****12 Internacionalização das empresas brasileiras no mundo multipolar***Antonio Carlos da Silveira Pinheiro***TRADE FINANCE****16 Trade Service e Banking as a Service... A inovação em Comércio Exterior!***Cristiane de Freitas***AMBIENTE DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS****18 A presidência brasileira do G20 em 2024: uma avaliação***Felipe Hees*

28 La posible incorporación de Colombia a la Iniciativa de la Franja y la Ruta, puede ser la puerta a una gran oportunidad de desarrollo económico o su error más grave a nivel geopolítico

*Santiago Cabrera Grajales***32 Exportação Acelerada: Expansão dos Negócios Internacionais***Henry Uliano Quaresma***36 Por um Programa Brasileiro de Sustentabilidade para as exportações***Marina de Almeida Bezerra Reis***38 Os reflexos das eleições norte-americanas na cadeia global de gás natural liquefeito e, em especial, no Brasil***Luis Augusto Medeiros Rutledge***INDICADORES FUNCEX****42 Séries históricas de indicadores do comércio exterior***Henry Pourchet***MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS****48 Mobilização de recursos internos para financiar as exportações com os acúmulos de ICMS nas vendas externas***Jorge Sabione***54 Mobilização de Recursos Internos para financiar as vendas externas com os créditos do Funrural de exportação indireta***Felipe Fortunato***BRANDING E LINGUAGEM****58 Qualificação Empresarial para Branding Intercultural como Estratégia Integrada de Promoção Comercial***Rodrigo Solano***64 O Papel da Linguagem no Comércio Internacional e nas Cadeias Globais de Valor***Paulo Pandjarian***PRÁTICA DE COMEX****70 Exportação de commodities***Romulo Del Carpio***78 Shetrader, She4trade e He4she para o Brasil***Mario Cordeiro de Carvalho Junior e Renata Sanchez*

A presidência brasileira do G20 em 2024: uma avaliação



Felipe Hees

Felipe Hees
é Diplomata, sous-sherpa do G20

A reunião de Cúpula dos Líderes¹ do G20, realizada no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro, constituiu o ápice de um esforço sem precedentes do governo brasileiro, iniciado antes mesmo do começo formal da presidência brasileira, em 1º de dezembro de 2023.² A síntese desse esforço encontra-se plasmada na Declaração de Líderes do Rio de Janeiro.³

Ao longo da presidência brasileira – que se estendeu até o dia 30 de novembro último –, foram realizadas 135 reuniões, das quais 109 em nível técnico, 24 em nível ministerial e duas reuniões de cúpula, além de várias dezenas de encontros intersessionais remotos. A essas reuniões oficiais de governo, somam-se as cerca de 50 reuniões organizadas pelos grupos de engajamento e por outros segmentos da sociedade civil, incluindo a Cúpula Social do G20, realizada igualmente no Rio de Janeiro, entre os dias 14 e 16 de novembro, e um sem-número de eventos paralelos, nos mais diferentes formatos.

Os encontros oficiais do G20 distribuíram-se por todas as cinco regiões do Brasil, abrangendo 15 cidades no país e 7 cidades no exterior e mobilizaram cerca de 26 mil delegados, nacionais e estrangeiros.

O G20 EM GRANDES LINHAS

Designado por seus líderes, em 2009, como o “principal foro para a cooperação econômica internacional”⁴, o G20 apresenta grande capacidade de influenciar a agenda internacional e de mobilizar o setor privado, organismos internacionais e sociedade civil. Criado em 1999 em resposta à crise financeira asiática e suas consequências internacio-

¹ “G20 Brazil: The 2024 Rio Summit”. Disponível em: <https://edition.pagesuite-professional.co.uk/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&cedid=efe03aad-2749-4d7a-ae4a-5ff5d6e9afc6>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

² Uma boa descrição do processo de preparação da presidência brasileira pode ser obtida em: “Prospects for the G20 Rio Summit’s Substantial Performance”, KIRTON, J., G20 Research Group, November 10, 2024. Disponível em: <https://www.g20.utoronto.ca/analysis/241110-kirton-prospects.html>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

³ Declaração de Líderes do G20 do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos/declaracao-de-lideres-do-g20-brasil>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

⁴ Declaração de Líderes do G20 de Pittsburg. Disponível em: <https://g20.utoronto.ca/2009/2009communique0925.html>. Acesso em: 28 de nov. 2024.



nais, o G20 reunia, à época, apenas ministros de finanças e presidentes de bancos centrais. Em 2008, diante de nova crise financeira internacional, o agrupamento passou a ter o formato atual, em que a reunião em nível de chefes de estado e de governo constitui sua instância máxima.

Com a entrada da União Africana, os vinte e um membros do G20 passaram a responder por mais de 85% do PIB mundial, 75% do comércio global, 70% dos investimentos diretos estrangeiros e cerca de 65% da população do planeta.⁵ As reuniões de Cúpula do G20 constituem, nos dias de hoje, seguramente um dos principais palcos das relações internacionais, equiparável a qualquer conferência multilateral e mesmo à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.⁶

Muito em razão de seu baixíssimo grau de institucionalização – o G20 não dispõe de acordo constitutivo, sede

ou secretariado –, assumir a presidência do agrupamento implica responsabilidades de liderança e coordenação singulares. O país que a exerce assume as funções de secretariado, define as prioridades, organiza e conduz os trabalhos do grupo ao longo do ano.

Essa característica tem pelo menos três implicações importantes:

- (i) o G20 não substitui nem compete com foros e/ou organizações internacionais especializadas. Sua relevância está em congregar impulso político do mais alto nível e direcioná-lo para fazer avançar os principais temas da agenda internacional;
- (ii) a força política do agrupamento está precisamente na sua capacidade de produzir mensagens consensuais, por mais que a diversidade do grupo torne o consenso um objetivo por vezes desafiador. A opção por singularizar posições isoladas de um ou mais membros a respeito de diferentes temas esvaziaria a influência do G20; e
- (iii) a percepção quanto à eficiência do grupo depende de que o impulso político seja direcionado a temas que contemplem resultados concretos (“entregáveis”). Inflar a agenda de discussões com assuntos

“

O G20 não substitui nem compete com foros e/ou organizações internacionais especializadas. Sua relevância está em congregar impulso político do mais alto nível e direcioná-lo para fazer avançar os principais temas da agenda internacional

”

⁵ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia, mais União Europeia e União Africana.

⁶ Embora a reunião de Cúpula dos Líderes do G20 do Rio de Janeiro tenha englobado número limitado de países se comparada a reuniões multilaterais – foram 54 líderes e representantes máximos de OIs convidados: os 19 países do G20, mais União Europeia e União Africana, 18 países adicionais (Angola, Bolívia, Chile, Colômbia, Egito, Santa Sé, Malásia, Nigéria, Noruega, Paraguai, Portugal, Qatar, Singapura, Espanha, Tanzânia, Emirados Árabes Unidos, Uruguai, Vietnã), e os diretores-gerais 15 organizações multilaterais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS), Food and Agriculture Organization (FAO), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), New Development Bank (NDB), Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Financial Stability Board (FSB) e Liga dos Estados Árabes –, a participação presencial efetiva dos principais líderes mundiais na reunião do Cúpula do Rio de Janeiro é única.

da agenda internacional que, embora relevantes, careçam de expectativas quanto a resultados palpáveis, conferiria ao G20 características de “think tank”, sem mencionar o custo financeiro e organizacional para a presidência de turno. Poderia criar, por fim, frustração por parte da opinião pública com eventual percepção de “falta de resultados” do agrupamento.

A ESTRUTURA DO G20 E A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

Ainda que não haja propriamente uma “estrutura oficial”, o G20 tem uma organização básica que se perpetua a cada presidência.⁷

Em grandes linhas, o agrupamento é constituído por duas trilhas: (a) a de *sherpas* e (b) a de finanças. No Brasil, a primeira é de responsabilidade do Itamaraty, ao passo que a segunda está sob responsabilidade do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

A trilha de *sherpas*, criada em 2008, é ampla e multidimensional, cobrindo gama variada de políticas públicas, e é constituída por **15 grupos de trabalho**: Agricultura; Anticorrupção; Cultura; Economia Digital; Redução do Risco de Desastres; Desenvolvimento; Educação; Emprego; Sustentabilidade Ambiental e Climática; Transições Energéticas; Saúde; Comércio e Investimentos; Turismo; Empoderamento de Mulheres; e Pesquisa e Inovação.

“

O lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” amalgamou as prioridades gerais definidas pelo Presidente Lula para a presidência brasileira: inclusão social e combate à fome e à pobreza; transições energéticas e desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e reforma da governança global

”

A trilha de finanças, por sua vez, inclui **7 grupos de trabalho**: Economia Global; Arquitetura Financeira Internacional; Infraestrutura; Finanças Sustentáveis; Inclusão Financeira; Assuntos do Setor Financeiro; e Tributação Internacional. A esses grupos de trabalho se soma a Força-Tarefa sobre Finanças e Saúde.

Além dos grupos de trabalho e da força-tarefa elencados, a presidência brasileira estabeleceu três iniciativas adicionais, todas com duração prevista de um ano: duas forças-tarefa – **Força-Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança de Clima** – e uma **Iniciativa sobre Bioeconomia**, cujo objetivo foi promover o diálogo e a ação internacional sobre a bioeconomia, paradigma socioeconômico promissor que combina o uso de recursos biológicos, produzidos de forma sustentável, com alta tecnologia. Além da duração restrita, ambas as forças-tarefa foram criadas de maneira a conjugar os esforços de ambas as trilhas, de maneira a permitir a discussão integrada de políticas públicas e de suas respectivas necessidades de financiamento.

Além da vertente “governamental” – consubstanciado nas atividades das trilhas de *sherpas* e de finanças –, o “ecossistema 20” inclui tradicionalmente **grupos de engajamento**, que envolvem setor privado, sociedade civil e outras instâncias públicas. Treze foram os grupos de engajamento que se reuniram ao longo da presidência brasileira: Paramentos (“Parliament”) (P20); Tribunais de Contas (“Supreme Audit Institutions”) (SAI20); Prefeituras (“Urban”) (U20); Academias (“Think Tanks”) (T20); Negócios/Empresas (“Business”) (B20); Ciências (“Science”) (S20); Sociedade Civil (“Civil”) (C20); Trabalho (“Labour”) (L20); “Startups” (“Startup 20”); Mulheres (“Women”) (W20); Juventude (“Youth”) (Y20); Cortes Supremas (“Justice”) (J20); e Oceanos (“Oceans”) (O20). Esses grupos de engajamento não são organizados ou tutelados pelo governo brasileiro e possuem plena autonomia organizacional. Houve, no entanto, preocupação constante do governo brasileiro em dialogar com os representantes dos grupos de engajamento e de outros segmentos da sociedade civil, com vistas a coordenar os esforços envolvidos nas mais diferentes frentes de trabalho da presidência brasileira.

Tendo presente essa “estrutura” básica do G20 e os desafios associados à condução da presidência do agrupa-

⁷ “Desafios e oportunidades do G20 e a Presidência Pro Tempore brasileira”. THORSTENSEN, V. e THOMAZELLA, T. Revista Tempo do Mundo, n. 34 (2024). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/514/423>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

mento, o governo brasileiro organizou sua atuação, em termos institucionais, por meio do decreto nº 11.561, de 13 de junho de 2023. Nele, foi instituída a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20. Composta por 39 órgãos e entidades federais, a Comissão Nacional constituiu a instância colegiada máxima de interlocução e consultas sobre a presidência brasileira do G20. O decreto estabeleceu ainda um Comitê Técnico responsável por estabelecer diretrizes para o planejamento, a organização e a condução da presidência do G20, integrado pelos coordenadores da trilha de *sherpas* e de finanças, e pelo coordenador nacional do planejamento e da execução das medidas de organização e logística.

Em termos substantivos, o lema – “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” – amalgamou as prioridades gerais definidas pelo Presidente Lula para a presidência brasileira:

- (i) inclusão social e combate à fome e à pobreza;
- (ii) transições energéticas e desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e
- (iii) reforma da governança global.

A essas prioridades gerais se somaram as prioridades específicas estabelecidas no âmbito de cada grupo de trabalho e de cada força-tarefa das trilhas de *sherpas* e de finanças. Essas prioridades específicas constaram de notas conceituais individuais elaboradas pela presidência brasileira e circuladas para todos os membros do G20 no dia 1º de dezembro de 2023. Ao todo, foram estabelecidos 152 prioridades/entregas pelos diferentes grupos de trabalho e forças-tarefa das duas trilhas.

Em termos da participação nos trabalhos do G20, tradicionalmente as presidências convidam países não-membros para participar das reuniões do seu calendário de eventos. A esses convidados da presidência é facultada a participação em todas as reuniões técnicas e ministeriais de ambas as trilhas, além da reunião de Cúpula. Para a presidência brasileira, foram convidados 8 países (Angola, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura) e 12 organismos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS), Food and

Agriculture Organization (FAO), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), New Development Bank (NDB) e Corporación Andina de Fomento (CAF). Diversos outros países e organizações internacionais foram igualmente convidados para participar de segmentos pontuais (grupos de trabalho, forças-tarefa e/ou trilha).

PRINCIPAIS RESULTADOS

Sob a presidência brasileira, foram adotadas 21 declarações ministeriais e adotados 46 documentos de consenso. Este feito, inédito desde 2021, foi fruto de intensos esforços diplomáticos do governo brasileiro para alcançar entendimento comum de que, nas reuniões dos grupos de trabalhos e das forças-tarefa, questões geopolíticas seriam objeto de documento da presidência, que acompanhariam as declarações ministeriais. A discussão efetiva de tais questões – e a negociação correspondente de linguagem para fins da declaração de líderes – seria feita exclusivamente por *sherpas*, chanceleres e pelos próprios líderes, se necessário.

Dentre os principais resultados alcançados durante a presidência brasileira do G20, merecem destaque:

- (i) **Lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza:** objetivo-chave da política de erradicação da fome e da pobreza do governo brasileiro, os documentos constitutivos da Aliança foram adotados, por consenso, em 24 de julho de 2024.⁸ No dia 18 de novembro, o Presidente Lula anunciou que já haviam aderido 81 países, 26 organizações internacionais, 9 instituições financeiras e 31 fundações filantrópicas e organizações não-governamentais, número que continua a aumentar. A Aliança funcionará como plataforma para conectar países que se comprometam a implementar políticas de combate à fome e à pobreza com parceiros capazes de oferecer apoio técnico e financeiro. A Aliança atua como um intermediário neutro para a construção de parcerias de implementação de políticas, aproveitando uma base de dados unificado para países e

⁸ Os documentos relativos à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza podem ser obtidos no endereço: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/fome-e-pobreza>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

doadores, simplificando a identificação de necessidades e oportunidades de conhecimentos e financiamentos. Isso reduz o tempo e os recursos necessários para identificar e envolver os parceiros apropriados. Uma “cesta de políticas” composta por políticas públicas rigorosamente avaliadas garante que os investimentos dos doadores sejam direcionados para iniciativas econômicas e de alto impacto. O envolvimento de um prestigioso Conselho de Campeões aumenta ainda mais a confiança e reduz o risco percebido. Ao favorecer a agregação de recursos e conhecimentos, a Aliança possibilita um maior impacto e eficiência do que esforços individuais e fragmentados. Isso permite a implementação de estratégias abrangentes e multissetoriais que abordam a fome e a pobreza, ao mesmo tempo em que abre caminho para a superação das desigualdades intergeracionais. A Aliança facilita o financiamento direto de doadores para beneficiários, mas também possibilita a mobilização interna e modalidades de financiamento diversificadas, incluindo cofinanciamento e financiamento misto, atraindo um leque mais vasto de doadores e adaptando soluções a necessidades específicas. A Aliança também proporcionará impulso político ao promover e aproveitar eventos de alto nível no G20 e na ONU, oferecendo oportunidades regulares para os países e organizações participantes renovarem e reforçarem seus compromissos e ambições, e além de avaliar os progressos alcançados.

- (ii) **Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima:** lançada com o objetivo reforçar a resposta coordenada do G20 à mudança do clima, a força tarefa baseou-se em dois eixos:

“

Muitas das organizações internacionais existentes foram criadas na década de 1940 e refletem uma realidade global que não existe mais. Há uma percepção crescente de que as Nações Unidas, as Instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio precisam urgentemente de reforma

”

(i) o papel dos planos nacionais de transição; e (ii) uma agenda renovada para a mobilização de fluxos financeiros para o combate à mudança do clima. Para enfrentar este desafio, será crucial contar com recursos financeiros adequados, tempestivos e acessíveis. É fundamental promover um aumento sem precedentes nos investimentos para atender às demandas de transição, especialmente nos países em desenvolvimento. Essa transição requer uma significativa reformulação do sistema financeiro e de suas estruturas e processos. É essencial mobilizar governos, bancos centrais, reguladores financeiros, bancos comerciais e de desenvolvimento, instituições financeiras internacionais, investidores institucionais e outros agentes financeiros.

- (iii) **Iniciativa sobre Bioeconomia:** foi adotada lista de dez “Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia”, contendo princípios voluntários e não-vinculativos sobre bioeconomia. Trata-se do primeiro documento multilateral abordando especificamente a bioeconomia. Os princípios estão redigidos de forma concisa e objetiva e, ainda que não ofereçam uma definição fechada da bioeconomia, estabelecem conceitos que deverão pautar futuras discussões sobre este paradigma econômico, o que permitiu a adoção do primeiro documento multilateral sobre o tema. A bioeconomia pode contribuir para a conservação de ecossistemas, protegendo e valorando, ao mesmo tempo, o conhecimento e a cultura de povos indígenas e comunidades tradicionais. O debate foi estruturado em três eixos temáticos: (a) pesquisa, desenvolvimento e inovação para a bioeconomia; (b) uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia; e (c) a bioeconomia como facilitadora do desenvolvimento sustentável.

- (iv) **Chamado à Ação sobre Reforma da Governança Global:** o Brasil convocou em 25 de setembro, em Nova York, uma reunião histórica de chanceleres do G20 na sede da ONU. Pela primeira vez em sua história, o G20 realizou uma reunião ministerial dentro da Sede das Nações Unidas, com a participação de todos os Estados-membros da ONU. Na ocasião, foi aprovado o “Chamado à Ação sobre Reforma da Governança Global”, documento subscrito por todos os membros do G20 e cerca de 40 outros países, cujo objetivo é reforçar o debate em torno do revigoreamento do multilateralismo e da reforma das principais organizações internacionais. Muitas das organizações internacionais existentes foram criadas na década de 1940 e refletem uma realidade

global que não existe mais. Há uma percepção crescente de que as Nações Unidas, as Instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio precisam urgentemente de reforma. É essencial que essas instituições atualizem suas estruturas e práticas de governança para melhor representar a diversidade de seus membros e melhorar sua capacidade de abordar a atual rede de desafios políticos, sociais e econômicos.

O Chamado à Ação abrange três aspectos principais da reforma da governança global: (i) a reforma das Nações Unidas; (ii) a reforma da Arquitetura Financeira Internacional; e (iii) a reforma do sistema de comércio multilateral.

Sobre a reforma das **Nações Unidas**, o Chamado à Ação:

- enfatiza o papel da Assembleia Geral como o principal órgão deliberativo, de formulação de políticas e representativo da ONU, inclusive em questões de paz e segurança internacionais;
- exorta uma reforma transformadora do Conselho de Segurança da ONU, com uma composição ampliada que melhore a representação de regiões e grupos sub-representados e não representados;
- promete aumentar o engajamento entre o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e as instituições financeiras internacionais;
- exorta um Secretariado da ONU mais representativo, com transparência, distribuição geográfica equitativa, mérito e equilíbrio de gênero.

Sobre a reforma da **Arquitetura Financeira Internacional**, o Chamado à Ação expressa apoio a ações que visem:

- fornecer mais financiamento para países em desenvolvimento para combater a pobreza e enfrentar os desafios globais, incluindo as mudanças climáticas;
- entregar Bancos Multilaterais de Desenvolvimento melhores, maiores e mais eficazes;
- mobilizar financiamento concessional adicional para impulsionar a capacidade do Banco

Mundial de apoiar países de baixa e média renda;

- aumentar a representação e a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões em Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;
- canalizar Direitos Especiais de Saque para os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, inclusive para financiar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (a ser criada sob a Presidência Brasileira do G20);
- garantir um FMI forte, baseado em cotas e com recursos adequados no centro da rede de segurança financeira global;
- trabalhar juntos em direção a um sistema tributário internacional mais justo, estável e eficiente, adequado ao século XXI, com um compromisso com a transparência tributária e fomentando o diálogo sobre tributação justa e progressiva, inclusive de indivíduos com patrimônio líquido ultra-alto.

Sobre a reforma do **Sistema Multilateral de Comércio**, o Chamado à Ação expressa apoio a ações que visem:

- reafirmar que um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC em seu núcleo, é indispensável;
- apoiar políticas que permitam o comércio e o investimento como um motor de crescimento e prosperidade;
- buscar a reforma da OMC para melhorar todas as suas funções por meio de um processo inclusivo, conduzido pelos membros e transparente e permanecer comprometido em conduzir discussões com vistas a ter um sistema de solução de controvérsias totalmente funcional e acessível a todos os membros;
- reafirmar a centralidade da dimensão do desenvolvimento no trabalho da OMC.

(v) **Tributação internacional**: a presidência brasileira do G20 conseguiu impulsionar a agenda de tributação internacional por meio de uma declaração ministerial, emitida na reunião de julho, no Rio de Janeiro.

Trata-se de um documento histórico que marcou o início de um novo diálogo para sistemas tributários mais justos, inclusivos e eficientes, incluindo a taxa-ção de pessoas físicas com patrimônio líquido ultra-alto, ampliação do financiamento para a transição ecológica, entre outras questões.

(vi) Reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: por meio de um processo colaborativo com os membros do G20, os bancos multilaterais de desenvolvimento e os *think tanks*, a presidência brasileira do G20 conseguiu a aprovação histórica do “Roteiro para BMDs Melhores, Maiores e Mais Eficazes”, refletindo o compromisso do G20 com um sistema financeiro multilateral de desenvolvimento mais robusto e inclusivo, capaz de apoiar a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), expandir o financiamento climático e garantir uma representação mais equitativa para os países em desenvolvimento em seu processo decisório.

(vii) Dívida pública: Durante sua presidência do G20, o Brasil garantiu um consenso sem precedentes entre todos os membros do G20 em um documento fundamental que ajudará a acelerar a reestruturação da dívida dos países mais pobres. A Presidência também apresentou análises inovadoras sobre a ligação entre as trocas de dívidas e os investimentos essenciais para o desenvolvimento, além de promover discussões que destacaram perspectivas alternativas sobre a dívida.

Dentre os vários resultados alcançados pelos diferentes grupos de trabalho e forças-tarefa, merecem ainda registro:

Grupo de Trabalho de Agricultura: Declaração Ministerial de Agricultura do G20, com destaque para agricultura sustentável e familiar e para a pesca;

Grupo de Trabalho de Anticorrupção: (i) Declaração Ministerial sobre os efeitos do combate à corrupção e da promoção da integridade sobre o desenvolvimento sustentável e a desigualdade; e (ii) Princípios de Alto Nível sobre medidas para incentivar o setor privado a adotar medidas de integridade para combater a corrupção;

Grupo de Trabalho de Cultura: Declaração Ministerial sobre Cultura, destacando diversidade cultural, inclusão social, direitos autorais, ambiente digital e preservação do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas;

Grupo de Trabalho de Economia Digital: Declaração Ministerial sobre Economia Digital, com destaque para

combate à desinformação, promoção da integridade da informação e diretrizes para a governança de Inteligência Artificial;

Grupo de Trabalho de Redução do Riscos de Desastres: Declaração Ministerial sobre Redução de Riscos de Desastres, com destaque para pessoas em situação de vulnerabilidade como protagonistas da redução da redução de risco de desastres e não como vítimas;

Grupo de Trabalho de Desenvolvimento: (i) Declaração Ministerial de Desenvolvimento do G20 para reduzir as desigualdades; e (ii) Chamado à Ação sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene;

Grupo de Trabalho de Educação: Documento com boas práticas para o envolvimento escola-comunidade e políticas públicas para valorização de profissionais da educação;

Grupo de Trabalho de Emprego: Declaração Ministerial sobre Emprego com destaque para a redução das desigualdades no mundo do trabalho e o impacto das novas tecnologias;

Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática: Declaração Ministerial sobre Sustentabilidade Ambiental e Climática, com destaque para Oceanos, Resíduos Sólidos e Economia Circular;

Grupo de Trabalho de Transições Energéticas: (i) Declaração Ministerial sobre Transições Energéticas, com destaque para a dimensão social e o financiamento em países em desenvolvimento; e (ii) Documento com 10 Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas;

Grupo de Trabalho de Saúde: Declarações Ministeriais sobre Saúde, com destaque para integração da saúde humana, saúde animal e meio ambiente, e sobre Saúde e Mudança Climática;

Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos: Princípios-chave para o comércio e desenvolvimento sustentável e documento de melhores práticas para aumentar a participação das mulheres no comércio internacional;

Grupo de Trabalho de Turismo: Declaração Ministerial sobre Turismo, com destaque para o turismo sustentável;

Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres: Declaração da Presidência Brasileira sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres, destacando enfrentamento da violência, ação climática e economia de cuidados;

Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação: (i) Declaração Ministerial sobre Pesquisa e Inovação consolidando compromisso dos países do G20 em promover a inovação aberta como instrumento para enfrentar desafios globais e atingir ODS; e (ii) Princípios de Alto Nível para cooperação Norte-Sul em inovação aberta;

Força-Tarefa Finanças e Saúde: Declaração Ministerial destacando combate às desigualdades e preparo para pandemias;

Grupo de Trabalho sobre Arquitetura Financeira Internacional: (i) Nota do G20 sobre “Canalização de Direitos Especiais de Saque”; (ii) Nota do G20 “Common Framework: Lições aprendidas e caminhos a seguir”; (iii) Nota da Presidência do G20 sobre Cláusulas de Dívida Resilientes ao Clima: Situação atual e caminhos a seguir; (iv) Nota da Presidência do G20 sobre Swaps de Dívida para o Desenvolvimento; e (v) Nota da Presidência do G20 sobre as implicações macrofinanceiras da integração transfronteiriça de sistemas de pagamentos domésticos, incluindo CBDs: Tendências, benefícios e riscos; e

Grupo de Trabalho sobre Economia Global: (i) Nota do G20 sobre os impactos macroeconômicos e distributivos das mudanças climáticas e das políticas de transição; e (ii) Nota do G20 “Um menu de medidas políticas e recomendações para lidar com as pressões da desigualdade”⁹.

DIÁLOGOS COM OS GRUPOS DE ENGAJAMENTO E O G20 SOCIAL

“Nós temos de ouvir a sociedade. Não existem governos sem sociedade”. Com essas palavras, proferidas na Cúpula de Líderes do G20, em Nova Délhi, em 2023, o Presidente Lula anunciou um dos eixos centrais da presidência brasileira: o reforço da interlocução entre governo e sociedade civil.

No dia 4 de julho, quando da realização da terceira reunião de *sherpas* no Rio de Janeiro, uma das sessões foi dedicada a assegurar uma interlocução direta entre representantes dos grupos de engajamento e os *sherpas*. Na ocasião, os grupos de engajamento apresentaram documentos, por escrito, contendo suas sugestões e recomendações para os representantes de governo. A mes-

ma oportunidade de interlocução direta foi reproduzida na trilha de finanças, no final do mesmo mês de julho, quando os grupos de engajamento puderam interagir diretamente com os representantes dos Ministérios das Finanças e dos Bancos Centrais.

Ao franquear aos grupos de engajamento uma oportunidade única – algo que, por si só, já constitui uma inovação nas práticas do G20 –, num momento anterior à realização das reuniões ministeriais dos diversos grupos de engajamento e forças-tarefa das duas trilhas, a presidência brasileira criou condições concretas para que a sociedade civil pudesse não só se fazer ouvir, mas também influenciar os resultados das negociações oficiais. Com isso, confirmou-se a promessa feita pelo Presidente Lula, na reunião de Nova Delhi, de que a “Presidência brasileira vai assegurar que os grupos de engajamento tenham a oportunidade de reportar suas conclusões e recomendações aos representantes de governo”.

E o resultado não poderia ter sido mais positivo: em 87 trechos, recomendações dos grupos de engajamento foram refletidas nas declarações ministeriais produzidas durante a presidência brasileira do G20,¹⁰ demonstrando o impacto das vozes da sociedade civil no processo decisório. Mais do que isso, trata-se de uma demonstração clara de que governos e sociedades podem ter visões coincidentes sobre vários temas centrais da agenda internacional.

No entanto, a diversidade da sociedade civil brasileira não se resume aos treze grupos de engajamento. Mostrou-se fundamental ampliar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20. Com esse objetivo em mente, foi instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, grupo de trabalho técnico com a finalidade de coordenar as iniciativas para promover a participação social no G20 durante a presidência brasileira.¹¹ Três foram as competências estabelecidas para o grupo de trabalho: I - estabelecer diretrizes para a estrutura e a organização da participação social no G20; II - fazer interlocução com a sociedade civil e articular a participação social no evento, organizando as iniciativas no formato de seminários para debates e exposições; e III - possibilitar a participação social na construção dos diversos processos do G20.

⁹ Os documentos oficiais da presidência brasileira do G20 podem ser obtidos no endereço: <https://www.g20.org/pt-br>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

¹⁰ Durante as presidências do G20 da Indonésia (2022) e da Índia (2023), não houve a adoção de declarações ministeriais consensuais, em razão das diferentes perspectivas dos membros do agrupamento quanto a questões geopolíticas.

¹¹ Secretaria Geral, Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2024.

Representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Fazenda foram convidados a participar das reuniões do grupo na condição de convidados permanentes.

E foi com base nos trabalhos do grupo liderado pela Secretaria Geral que foi delineada uma plataforma única para interação com a sociedade civil, denominada “**G20 Social**”. Essa plataforma seria marcada por elevado grau de liberdade em matéria de tratamento de temas, formato de eventos, atores envolvidos, contribuindo para a efetiva participação da sociedade civil e de diversas áreas de governo em temas da maior importância, conjugando diversidade, inclusão e visibilidade.

Sendo o Brasil um país plural, diverso e com autoridade para tratar de questões fundamentais, como a mudança climática e combate à fome e à pobreza, o G20 Social teve por objetivo criar um espaço para as diferentes vozes, lutas e reivindicações das populações e dos agentes não-governamentais dos países que compõem as maiores economias do mundo.

O ponto alto do G20 Social foi a Cúpula Social, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024, às vésperas da Cúpula de Líderes do G20. Circularam cerca de 50 mil pessoas, de todo o Brasil e do mundo, em um encontro com o povo e pelo povo, com respeito às autonomias de pauta e aos espaços autogestionados. A Cúpula Social mostrou ao mundo os trabalhos desenvolvidos ao longo de quase um ano pela sociedade civil e movimentos sociais, um panorama rico da troca de experiências entre agentes não-governamentais que, certamente, mostrarão novos caminhos para a construção de políticas que reflitam valores como justiça social, econômica e ambiental e a luta pela redução de todo tipo de desigualdade.

“ Num contexto internacional turbulento e desafiador, o G20 permanece sendo um importante “farol político” do mais alto nível no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional

”

Ao final da Cúpula Social, foi adotada uma declaração final do G20 Social, resultado de amplas consultas com a sociedade civil.¹² Uma vez mais, a voz da sociedade civil foi ouvida: das 9 recomendações contidas na declaração final do G20 Social, 6 foram completamente acatadas e 2 parcialmente contempladas na declaração de líderes do G20.

COMUNICAÇÃO

As iniciativas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República representam uma série de inovações na comunicação oficial do governo brasileiro. Para além do trabalho com a mídia tradicional, ações inéditas têm envolvido parcelas da sociedade num projeto amplo e inclusivo de participação social, tanto na produção de conteúdo como na apropriação de conhecimento e engajamento nos debates da agenda brasileira no G20.

- Website G20 Brasil (www.g20.org) - Toda a comunicação oficial do G20 (site/redes/audiovisual) é feita em português, inglês e espanhol. Alguns conteúdos estão disponíveis em Guarani, uma das línguas originárias do Brasil;
- Boletins de rádio diários em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e guarani) sobre os temas em debate no G20.

De maneira inédita, textos e boletins de rádio produzidos em guarani são distribuídos em um site oficial do governo brasileiro, e transmitidos para a região amazônica por meio da Rádio Nacional. Os conteúdos em guarani estão sendo utilizados como material didático em escolas indígenas bilíngues, e como ferramenta de resgate do idioma em regiões em que populações indígenas haviam deixado de falar o guarani. Este é mais um legado da presidência brasileira, ao incluir povos originários no debate sobre temas globais. É uma ação de memória, resgate e resistência.

- KIDS 20 - Iniciativa inédita da comunicação do G20 Brasil estabeleceu parcerias com escolas públicas estaduais e municipais de diversos estados para que estudantes dos ensinos fundamental e médio cubram os eventos do G20 como jovens repórteres, e produzam textos, vídeos, podcasts, programas em canais de YouTube a partir de suas perspectivas, relacionando os

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/novembro/declaracao-final-do-g20-social-do-povo-para-os-lideres>. Acesso em: 28 de nov. de 2024.

temas em discussão com suas realidades. A iniciativa cumpre um dos principais objetivos da comunicação do G20 Brasil, de ampliar o alcance dos conteúdos e engajar diferentes atores da sociedade nos debates sobre a agenda do Brasil no grupo.

- E-book com informações didáticas sobre a origem e evolução do G20 até o formato atual. Explicações sobre as trilhas de *sherpas* e de finanças, seus respectivos grupos de trabalho e os grupos de engajamento da sociedade civil.

A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA DO G20 EM PERSPECTIVA

Como avaliação geral, a presidência brasileira do G20 alcançou resultados importantes, em diferentes níveis.

Em **primeiro lugar**, o G20 foi reforçado em sua legitimidade, não apenas com a primeira participação da União Africana como membro pleno do agrupamento, mas igualmente com o início dos trabalhos do grupo de trabalho de empoderamento das mulheres. Além disso, o equacionamento do tratamento das questões geopolíticas permitiu a manutenção do consenso na aprovação de documentos do G20, viabilizando não apenas a declaração de líderes, mas igualmente a conclusão de outras 21 declarações ministeriais variadas. Em síntese, num contexto internacional turbulento e desafiador, o G20 permanece sendo um importante “farol político” do mais alto nível no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional.

Em **segundo lugar**, a presidência brasileira, na esteira da presidência de dois importantes países do “Sul Global” (Indonésia e Índia), privilegiou uma visão de mundo que tem o ser humano, a inclusão social e o combate à desigualdade no centro de suas preocupações. Mais do que assegurar o devido destaque a esses temas, a presidência brasileira produziu resultados concretos, poucas vezes vistos no G20, como a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Em **terceiro lugar**, a presidência brasileira elevou o relacionamento entre governos e sociedade civil em temas da agenda internacional a um novo patamar. A renovada interlocução dos governos com os grupos de engajamento e a sociedade civil em geral terá lançado as bases de algo que poderá muito possivelmente tornar-se a “terceira trilha” do G20. Muito importante, a esse respeito, o compromisso assumido pelo governo sul-africano ao final da Cúpula do G20 Social: “we will host many engagement group meetings, including the social summit”.

Por fim, a continuidade das iniciativas e dos princípios da presidência brasileira está assegurada. Em seu discurso por ocasião da passagem simbólica da presidência, no dia 19 de novembro, o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, anunciou que o tema da presidência do G20 em 2025 será “Solidariedade, Igualdade, Sustentabilidade” e que as prioridades da nova presidência serão: (i) crescimento econômico inclusivo, industrialização, emprego e desigualdade, (ii) segurança alimentar, e (iii) inteligência artificial e inovação para o desenvolvimento sustentável.¹³

“

Mais do que assegurar o devido destaque a esses temas, a presidência brasileira produziu resultados concretos, poucas vezes vistos no G20, como a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

”

¹³ Merece registro a intenção da presidência sul-africana de levar a cabo um exercício de reflexão sobre os principais resultados alcançados pelo G20 desde 2008 e uma discussão sobre os trabalhos futuros do agrupamento, incluindo a questão da rotação das presidências, denominado “G20 at 20”. A esse respeito, recorde-se que a questão da rotação das presidências do G20 constou do parágrafo 94 da declaração dos líderes do G20 de 2011: “On December 1st, 2011, Mexico will start chairing the G20. [...] Russia will chair the G20 in 2013, Australia in 2014 and Turkey in 2015. We have also agreed, as part of our reforms to the G20, that after 2015, annual presidencies of the G20 will be chosen from rotating regional groups, starting with the Asian grouping comprising of China, Indonesia, Japan and Korea”. Além do grupo regional referido na declaração (grupo 5), os outros grupos regionais estabelecidos à época foram: grupo 1 (Austrália, Canadá, Arábia Saudita e EUA), grupo 2 (Índia, Rússia, África do Sul e Turquia), grupo 3 (Argentina, Brasil e México), grupo 4 (França, Alemanha, Itália e Reino Unido).